



# A inclusão dos consultórios gramaticais na periodização do português

Marlos de Barros Pessoa<sup>1</sup>

---

## RESUMO:

Neste artigo se pretende propugnar pela inclusão dos consultórios gramaticais nas propostas de periodização da história da língua, porque essas colunas publicadas em jornais simultaneamente de Portugal e do Brasil têm o interesse de manter uma norma luso-brasileira, denunciando sua ameaça na pena de jornalistas. Estamos diante um momento único em que Portugal e Brasil se esforçam conjuntamente a favor de uma norma literária comum. Dentro das propostas de periodização que privilegiem aspectos não-estruturais, seria salutar incluir uma época em que se combatem erros estruturais no diálogo permanente entre gramáticos e leitores, o que os manuais tradicionais de gramática não conseguiam fazer.

---

## PALAVRA-CHAVE:

Periodização;  
Queixas linguísticas;  
História da língua.

---

<sup>1</sup> Doutor em Linguística Românica pela Universidade de Tubinga/Alemanha. Professor da Universidade de Pernambuco. E-mail: marlospessoa@gmail.com

## 1 Introdução

Depois do século XVI, quando se apresentam formados os subsistemas da constituição da língua portuguesa (fonética /grafia, morfologia e sintaxe), pouca coisa aparece de novo nos manuais de história da língua portuguesa, enfocando-se nesse caso aspectos da reorganização do subsistema fonético/fonológicos (sibilantes, consoantes labiais, o vocalismo) ou do uso dos clíticos e alguns “fenômenos mais recentes” (CASTRO, 2006), que se concentram de novo no plano da fonologia, resumidos por esse autor em duas páginas. Há aspectos de outra natureza, que poderiam compor a história da língua portuguesa, como faz, por exemplo, Leith (1983) para o caso do inglês. Este autor divide a história daquela língua em três partes, a saber: parte I (emergência e consolidação), parte II (mudanças estruturais) e parte III (imposição e difusão). Ainda, na parte I, o autor inclui a padronização e a língua escrita<sup>2</sup>.

Quando se leem os manuais de história do português, praticamente só se sabe sobre as mudanças estruturais. Temas cruciais, como o contato, tão importante na história do português, não são abordados. Por outro lado, não se distingue bem o que é escrita do que é oralidade na história, ou como se deduz a oralidade e sua influência na massa de dados coletados. Em se distinguindo nitidamente esses componentes, resultaria salutar a investigação da língua escrita, podendo-se aprofundar o processo de padronização, que se apresenta mais nitidamente no século XVIII e ganha reforço nos séculos XIX e XX. A abertura para esse tipo de investigação levaria a uma ampliação da história do português, mesclando-se aspectos estruturais com seus usos e a percepção dos falantes/ produtores de textos escritos sobre esses usos.

É nessa lacuna que este trabalho quis se inserir. O processo de padronização comum a Portugal e ao Brasil entre os finais do século XIX e início do XX não foi incluído nas propostas de periodização e envolve uso da língua escrita, importância do reforço da norma<sup>3</sup>, percepção dos falantes / usuários da língua portuguesa nos dois continentes. É importante destacar que todos os subsistemas do edifício linguístico português são considerados nesse processo de padronização. Para desenvolver essa perspectiva, foram utilizados os consultórios gramaticais, que foram utilizados simultaneamente nos dois países.

---

<sup>2</sup> Proposta de periodização mais recente fez Carvalho (2019), embora dentro das mesmas tendências acima aludidas de considerar apenas aspectos estruturais.

<sup>3</sup> Embora o purismo não seja o foco deste trabalho, trata-se, em todo caso, de um aporte organicamente associado ao tema que nos interessa. Veja-se Thomas, G. (1991).

Cumpramos destacar que, quando se considera o uso da escrita na história de qualquer sociedade moderna, assume importância o papel da educação, que é o *locus* formal de difusão do saber. Nesse aspecto, os processos de alfabetização e os instrumentos para alcançá-la, as cartilhas, ganham um lugar importante. Além disso, a imprensa escrita é também responsável por essa difusão da cultura escrita. Os consultórios gramaticais nascem no seio da imprensa escrita, por isso se tornam tão importantes para o contato com o público letrado, podendo exercer forte influência na preservação da norma.

## 2 Levantamento de propostas de periodização

Já no prefácio da segunda edição de “Reflexões sobre a Língua Portuguesa”, de Francisco José Freire (1863), aparece um esboço de periodização, consignado por Cunha Rivara, em que três fases são apresentadas:

Segundo as diferentes phases da cultura intellectual do povo portuguez, pode a sua língua considerar-se como tendo já passado por tres idades bem distinctas.- A primeira comprehende desde a origem della, desde a combinação de seus elementos, até formar um systema completo, unido, e distincto de outro qualquer, ainda que derivado da mesma raiz. Estende-se desde os tempos anteriores á fundação da monarchia até aos fins do século 15.º e pode chamar-se *idade ante-classica*. – A 2.ª comprehende o período em que o systema da linguagem começou a desbastar-se, e a pulir-se, até se tornar elegante, flexível, e apta para todos os gêneros de escrever, isto é, para exprimir com propriedade e energia as mais delicadas concepções do entendimento. Corre desde os princípios do 16.º século até ao primeiro quartel do 17.º. É a *idade Classica*. – A 3.ª abraça a epocha, em que a língua degenerou daquela pureza e elegância da idade anterior, ou por nella se admittirem sem discernimento vozes estranhas, ou por se applicar a exprimir pensamentos intrincados, mal definidos, e deduzidos contra as regras da recta razão. – a estas tres idades poderão talvez os que depois de nós vierem acrescentar uma quarta, que não sei se diga deverão chamar *idade da restauração*, e cujos princípios devem ser contados, quando muito, dos fins do século 18.º. (FREIRE, 1863, p. V-VI)

Destaquemos também a periodização de Vasconcelos (1966). São dois grandes períodos, considerando-se a língua escrita: Distinguiremos pois os seguintes períodos do português: 1) arcaico ou antigo, do séc. IX, e mais particularmente do séc. XII, aos meados do séc. XVI; moderno, do séc. XVI ao séc. XX. No primeiro período há ainda subdivisões (VASCONCELOS, 1966, p. 16).

Trata-se de uma periodização que se baseia em largos espectros da história da civilização, com a subdivisão apoiada nesse viés (VASCONCELLOS, 1966, p. 121-3):

Consideramos atéqui o período do latim vulgar. Vem depois o período que chamo *português pre-histórico*, e que decorre desde as origens da língua até ao

século IX. A nossa língua nesse período não nos é testemunhada por documentos escritos; só por indução a reconstituímos [...].

Ao português pre-histórico segue-se o português proto-histórico, já revelado em documentos latino-bárbaros, que vão do séc. IX ao XIII (principalmente) [...]

Do século XII em diante começam a encontrar-se nos cartórios dos mosteiros redigidos em português, e com ele se inicia a *época histórica* da nossa língua, ou *arcaica* propriamente dita, a qual perdura, por causa dos caracteres e gramaticais e lexicológicos, até meados do século XVI, embora nem sempre uniforme. (VASCONCELLOS, 1966, p. 121-3)

Teyssier (1977) esboça uma periodização mais sistemática a partir do século XIV na primeira edição portuguesa de 1977, traduzida do francês, no capítulo III, “1-problemas de periodicidade”:

É possível determinar, na história da língua portuguesa do século XIV até aos dias atuais, períodos que permitam esclarecer-lhe satisfatoriamente a evolução? Não é fácil a resposta. Alguns estudiosos distinguem na evolução do português dois grandes períodos: o “arcaico”, que vai até Camões (século XVI), e o “moderno”, que começa com ele. Outros baseiam sua periodização nas divisões tradicionais da história – Idade Média, Renascimento, Tempos Modernos –, ou nas “escolas literárias”, ou simplesmente nos séculos [...]. Trata-se, em verdade, de um problema muito complexo, que não será abordado aqui. Contentar-nos-emos em isolar, na evolução histórica, vários eixos que permitam ordenar, esclarecer e melhor compreender os fenômenos linguísticos.” (TESSYER, 1977, p. 42)

Ivo Castro (2006) apresenta um quadro que resume diferentes propostas de periodização, colhidas em autores de diferentes épocas, mas ele próprio distribui a sua “Introdução à História do Português” (2006) em três grandes fases, a saber: português antigo, português médio e português e moderno”. Veja-se o referido quadro adaptado abaixo:

Época	Leite de Vasconcelos	Serafim Silva Neto	Pilar V. Cuesta	Lindley Cintra
Até s. IX (882)	pré-histórico	pré-histórico	pré-literário	pré-literário
Até 1200 (1214-1216)	proto-histórico	proto-histórico	pré-literário	pré-literário
Até 1385-1420	português arcaico	trovadoresco	gal.-português	port. antigo
Até 1536-1550		port. comum	port. pré-clássico	port. Médio
Até s. XVIII	português moderno	port. moderno	port. clássico	port. Clássico
Até s. XIX-XX	português moderno	port. moderno	port. moderno	port. Moderno

De toda essa relação de períodos históricos da língua portuguesa, há um hiato entre o português do Brasil e o de Portugal, sendo o Brasil mencionado como uma variedade americana, identificada a partir do descobrimento, com especificidades ameríndias ou africanas. Não se projeta o português europeu no seu diálogo com o americano, porque se focam os olhos apenas nas marcas orais dessa variedade, sobretudo rurais, e se quer ver apenas a excentricidade, a especificidade, talvez por influência dos estudos crioulísticos.

Não se pode deixar de ver o papel da educação, da escola na difusão e no ensino da norma, como fator de unidade entre as duas variedades. Não se pode na história deixar de ver o continuum entre elas. Mesmo no Modernismo brasileiro, aludido por Tesser, a ênfase na diferença, com aproveitamento da cultura popular como marca nacional, se perde, depois dos efeitos dos primeiros anos, para dialogar com a tradição escrita portuguesa. Não se pode negar, entretanto, que a atitude de menor rigidez normativa desse movimento brasileiro possibilitou, via jornalismo, uma variedade brasileira que mesclou uma tradição escrita com um sabor de oralidade, resultante no que seria o português brasileiro escrito de hoje.

Nesse sentido, propomos nesta investigação que se contemplem os esforços para a preservação de uma norma comum entre Portugal e Brasil, fato que se intensificou desde o fim do século XIX até a pelo menos a primeira metade do século XX. Nas escolas brasileiras de hoje ainda a gramática portuguesa é manual obrigatório, mesmo depois de todas as pesquisas sobre a variedade falada no Brasil e mesmo depois da proposição de uma gramática do português brasileiro. Por isso, importa recuperar ações que miravam o objetivo de preservação de uma norma comum em Portugal e no Brasil, que se desencadeia com o surgimento dos consultórios gramaticais com Cândido de Figueiredo e Mário Barreto nos dois países, respectivamente.

### 3 A padronização linguística

Padronizar uma língua é exercer uma ação normalizadora sobre essa língua ou variedade linguística para torná-la o modelo linguístico da comunidade. Fergusson (1996) distingue três aspectos do processo de padronização: coneização, mudança/alternância (varietyshifting) de variedades e exemplaridade (classicization): “A third tendency is ‘classicization’, or the adoption of features considered to belong to an earlier prestige norm.” (FERGUSSON, 1996, p. 190).

Romaine (1994) apresenta a padronização como um processo que converte uma variedade num padrão, regulando sua pronúncia, gramáticas etc. em dicionários e gramáticas. Nesse momento, a autora mostra que as variedades-padrão são criadas

por meio de um planejamento consciente e deliberado: “They are created by conscious and deliberate planning” (ROMAINE, 1994, p. 84).

A união de esforços de filólogos e gramáticos em Portugal e no Brasil gira em torno do processo de padronização fortemente identificado entre final do século XIX e na primeira do século XX. Sabemos que as línguas sempre experimentam processos de padronização. A partir do momento em que uma língua experimenta a gramatização, criam-se as condições para a padronização. Por se tratar de um esforço no plano da língua escrita, torna-se fundamental a difusão de materiais escritos e as condições para o acesso a esses materiais. Fica evidente, pois, que a implementação da alfabetização e seu alcance a mais vastos setores propiciam o acesso ao mundo da cultura escrita. Dessa forma, devem-se considerar as campanhas de alfabetização e o desenvolvimento de materiais, como as cartilhas, que no fundo ensinam o uso da escrita tal como preconizado pelas gramáticas ou materiais didáticos. Se considerarmos a segunda metade do século XVIII (GONÇALVES, 2010a) como período mais intensamente identificado com a padronização, basta considerar que é a Reforma Pombalina, preocupada com o ensino da língua, que enfatiza a substituição do modelo latino, que estava na base dos estudos da língua portuguesa.

## 4 O contexto histórico

Identificamos o final do século XIX e início do XX como momentos significativos no esforço conjunto de portugueses e brasileiros para a preservação e ensino de uma norma de prestígio. Há características históricas semelhantes nos dois países que explicam o esforço simultâneo e conjunto, por que não dizer, para a preservação da norma contra ataques de vária ordem.

Enquanto em Portugal no final do século vão se criando as condições para a eclosão da República em 1910, no Brasil se implementa essa forma de governo na mesma época. Merecem destaque a preocupação com a alfabetização e o surgimento de cartilhas, tais como as de Castilho e a de João de Deus.

A própria reforma da ortografia proposta por Gonçalves, de 1904, revela essa motivação, como se lê no próprio título “Ortografia nacional. Simplificação e uniformização das ortografias portuguesas” (GONÇALVES, 2010b). É uma reforma que visava a facilitar o acesso do povo português ao domínio do código escrito, embaralhado com tantas influências greco-latinas na sua constituição.

## 5 Os consultórios gramaticais

Esta investigação traz à baila o papel dos “consultórios gramaticais” como instrumento que aproxima o povo da discussão sobre fatos da norma, propondo dirimir dúvidas ou aclarar questões levantadas pelos filólogos ou pelos próprios leitores, no sentido de intensificar o papel da boa norma calcada no papel das obras literárias. Surgem na imprensa periódica, como forma de tornar fácil o acesso do conhecimento gramatical aos leitores comuns<sup>4</sup>.

O trabalho teórico mais importante sobre os consultórios gramaticais é o de Milroy and Milroy (1999)<sup>5</sup>. Os autores associam claramente o conceito de “linguistic complaint” ao de padronização e distinguem dois tipos de queixas linguísticas, que acontecem fora da sala de aula:

Type 1 complaints, which are implicitly legalistic and which are concerned with correctness, attack ‘mis-use’ of specific parts of the phonology, grammar, vocabulary of English (and in the case of written English errors of spelling, punctuation, etc.). Type 2 complaints, which we may call ‘moralistic’, recommend clarity in writing and attack what appear to be abuses of language that may mislead and confuse the public; (MILROY, MILROY, 1999<sup>3</sup>, p. 30-31)

Algumas vezes esses dois tipos podem se confundir, não se distinguindo nitidamente um do outro, como se nota na passagem: “[...] it is difficult to classify a particular complaint as belonging clearly to one of these two types [...]” (MILROY, MILROY, 1999<sup>3</sup>, p. 34). Por se tratar de usos fora da escola, os autores citam exemplos extraídos do trabalho escrito de jornalistas profissionais e autores, de quem se esperava “saberem melhor”: “[...] His many examples are drawn from the written work of professional journalists and authors, who might well be expected “to know better” (MILROY, MILROY, 1999<sup>3</sup>, p. 34). Dessa última passagem dos autores citados acima, fica claro que as queixas linguísticas se referem à produção escrita de jornalistas e escritores, exatamente como acontecem com os consultórios gramaticais da tradição luso-brasileira.

## 6 A tradição luso-brasileira dos consultórios gramaticais

---

<sup>4</sup> Marcondes (2008) estudou os consultórios do Brasil e Portugal sob a perspectiva do preconceito, o que revela de forma enviesada o purismo subjacente à preocupação dos seus autores.

<sup>5</sup> Neumann (1945) publicou artigo na revista *American Speech* sobre cartas publicadas em jornais americanos com interesse por problemas de erros de língua inglesa nesses jornais. Foi exatamente essa necessidade de leitores expressa em espaços não previstos para esse fim que levou os editores a fundar os consultórios gramaticais.

A preocupação com a preservação da norma dos clássicos portugueses vai se popularizar na tradição dos consultórios gramaticais no Brasil e em Portugal já no final do século XIX, segundo Taunay, reproduzido por Pinto (1978):

[...] A este respeito, a Revista Brasileira de 1880 trouxe em seu tomo V um bom artigo de Arthur Barreiros, com abundantes exemplos de clássicos, conforme ainda ultimamente procedeu o Sr. Cândido Lago em seus proveitosos Estudos filológicos publicados na Gazeta de Petrópolis e que bem desejáramos ver continuados. (PINTO, 1978, p. 375)

O Jornal Pequeno (1914), do Recife, cita alguns exemplos de consultórios, quando anuncia a publicação a partir desse ano do consultório do filólogo pernambucano Julio Pires:

À maneira do que fazem em *Les Annales*, Emílio Faguet, no *Diario de Noticias*, de Lisboa e no *Jornal do Commercio*, do Rio, Candido de Figueiredo, no *Correio da Manhã*, Candido Lago, e no *Diario, de Porto Alegre*, Nuno Alvares, o illustrado philologo pernambucano dr. Julio Pires, inicia, d'amanhã em diante, nas columnas da nossa folha, alguns minutos de consultorio, sobre assumptos vernaculos. (Consultas sobre a Lingua Portuguesa, Advertência)

A prática já se difunde entre final do século XIX e início do século XX. Foi Cândido de Figueiredo que iniciou a tradição dos consultórios gramaticais, publicados inicialmente no Brasil em 1900 e no mesmo ano em Portugal. Antes disso, entretanto, ao final do século XIX o autor, usando pseudônimo de Caturra Junior, publicara cartas no periódico intitulado *O Português*, em que os textos difundidos nas gazetas são alvo de críticas contundentes:

As publicações periódicas, difundindo-se progressivamente por todos os recantos do país, têm produzido, de envolta com ensinamentos e progressos abençoados, deploráveis abusões no falar e escrever, abusões que chegam a invadir a esfera dos mais claros espíritos, fixando-se na linguagem como fórmulas legítimas” (FIGUEIREDO, sem data, p. 6).

Mais adiante, prossegue o filólogo: “Viui isto Caturra Junior, um ingênuo e obscuro cultor da língua patria, e conseguiu algumas horas de ócio ao respigo de numerosas incorrecções, que passam, sem contestação nem reparos, através do jornalismo e do povo que lê.” Era a imprensa, pois, o foco de observação da produção linguística e, ao mesmo tempo, o lugar de debate e de ensinamento, como se evidencia a seguir:



Essa colheita, com as respectivas correcções, foi o assunto de algumas dezenas de cartas que, divulgadas pela imprensa, acarearam a mais lisonjeira aceitação, e sugeriram consultas, dúvidas, discussões, que dilataram o plano do autor, e converteram o seu trabalho num curso regular de *linguagem prática*.” (FIGUEIREDO, sem data, 6)

Cândido de Figueiredo, iniciador dessa tradição, assim se refere às origens de tais consultórios na tradição portuguesa e brasileira:

Em Abril de 1900, abri no Jornal-do-Comércio do Rio de Janeiro uma secção, destinada a ligeiros estudos práticos sôbre a língua portuguesa; e, em Dezembro do mesmo ano, iniciei no Diário-de-Notícias de Lisbôa outra secção, análoga àquela nos intuítos, mas distinta na fôrma: a colaboração diária da fôlha lisbonense, fôlha essencialmente popular, tinha de se cifrar em sucintos apontamentos, que, dia a dia, me sugerisse a incorrecção, mais ou menos vulgar, no falar e no escrever; e a colaboração bissemanal no jornal mais importante da República brasileira, de um país onde os estudos filológicos são mais cultivados do que entre nós [...] (FIGUEIREDO, 1911, p. 5)

O autor deixa clara a unificação entre Brasil e Portugal na preocupação com a preservação de uma norma luso-brasileira<sup>6</sup>, à medida que abre no mesmo ano a referida secção. Essa iniciativa ganha tradição no Brasil, sobretudo com os dois mais importantes filólogos seguidores dessa mesma preocupação, a saber, Heráclito Graça e Mário Barreto. Os dois, mesmo críticos de certas opiniões de Cândido de Figueiredo, trabalhavam na mesma direção, ou seja, reforçar a norma clássica, sobretudo baseada nos autores portugueses.

Mas o que importa aqui é que os consultórios se difundem nos jornais, porque por aí se atinge uma parte maior da população. Não só o material linguístico publicado nos jornais virou tema e preocupação de filólogos, mas também as gazetas passaram a ocupar o lugar de gramáticas, como afirma Figueiredo (sem data):

Convencido de que, os que mais precisam de lições da língua, não têm tempo nem ânimo para ler os melhores gramáticos e os melhores mestres, entendeu o autor, que, não obstante os casuístas e o mais graves caturras, devia manter no livro a forma ligeira despreziosa a fôrma ligeira e concisa das suas cartas ao Português; e, convencido também de que os que lêem conhece escritores e não têm a paciência beneditina de folhear crónicas e sermonários, entrevê já os reparos que, donde em onde, há de suscitar a ortografia da obra. (FIGUEIREDO, sem data, p. 7)

Iniciada a tradição simultaneamente no Brasil e Portugal, fica evidente que a relação entre o português europeu e o brasileiro estabelecida por Figueiredo era de

---

<sup>6</sup> A discussão sobre usos da linguagem na mídia sempre esteve associada à noção de purismo com o objetivo de preservar a norma. Veja-se como Spitzmüller (2007) relaciona purismo, linguagem e mídia.

unificação no plano da escrita. Pugna-se, pois, por uma norma comum, sem questionamentos quanto a isso. Os historiadores, portugueses e brasileiros, como vimos acima, por outro lado, esquecem esse esforço e enfatizam apenas as diferenças entre as variedades faladas em Portugal e no Brasil.

Estabelecida a tradição dos consultórios no Brasil, dois importantes filólogos brasileiros deram prosseguimento a ela, Mário Barreto e Heráclito Graça. Esses autores vão se opor a Figueiredo apenas quanto à rigidez na crítica a certos usos, reivindicando-lhes legitimidade com indicação de fontes desconhecidas por Figueiredo. Nunca os autores reivindicam especificidade brasileira aos usos proscritos pelo filólogo português. No fundo, os brasileiros se esforçam por reafirmar a norma comum e o desejo de se mostrarem mais conhecedores das origens clássicas<sup>7</sup> do que Figueiredo em relação a construções abominadas por aquele filólogo.

Mário Barreto publica *Estudos da Língua Portuguesa* em 1903, obra não reeditada. Depois em 1911 aparece de sua autoria *Novos Estudos da Língua Portuguesa* (BARRETO, 1980). Na dedicatória que faz na abertura dos *Novos Estudos*, Barreto deixa claro seu propósito de reforçar da norma, aludindo “ao nosso idioma”:

Ao excmo. sr. João Ribeiro, eminente filólogo, escritor e poeta, ofereço com inteira simpatia pessoal e literária o presente livro, mera silva de ensaios diversos em diversas datas compostos e publicados nas folhas volantes das gazetas, e sem outro laço que os una a não ser a sua comum aspiração a servir ao nosso idioma, para cujo aperfeiçoamento procuro contribuir com as minhas escassas fôrças, imitando, embora de longe, o ilustre exemplo de meu caro Mestre e de outros cavaleiros andantes desta nossa amada e formosa e nobilíssima língua portuguesa. (BARRETO, 1980, p. 6)

Logo no início do capítulo I, ao tratar do acento prosódico, fica clara a importância que o autor atribui à tradição que ele representa:

Um dos muitos frequentadores do consultório que o professor Cândido Lago abre aos domingos nas colunas do *Correio da Manhã*, e onde fornece receitas para toda a casta de aleijões gramaticais, perguntou ao senhor doutor se estava de acôrdo com o que expus em artigo estampado, pouco há, no mesmo diário [...]. (BARRETO, 1980, p. 7)

Os esforços de padronização se materializam no combate ao erro, que fere a boa norma inspirada nos clássicos: [...] Sem embargo disto, taxei de êrro tal pronúncia, e não me arrependo. O êrro, por incurável, velho e geral, não deixa de ser êrro, e merece reprovação, e nunca respeito [...] (BARRETO, 1980, p. 13).

---

<sup>7</sup> Fica sempre subjacente a inspiração de natureza purista, ou seja, o Brasil preservaria a norma mais pura que em Portugal estaria se perdendo. O purismo, mais uma vez, está associado ao preconceito. Veja-se Leite (1997).

## 6 Conclusão

À guisa de conclusão, seria importante dar uma nova abordagem à história do português, mormente na relação entre as normas portuguesa e brasileira, desfazendo o abismo em que aparentemente caem todos os historiadores da língua. Um passo seguinte desta investigação, num projeto futuro, seria trazer à baila quais os temas e aspectos de vária ordem, desde a grafia até aos semânticos, servem de dúvidas e questionamentos para serem aclaradas pelos autores desses consultórios. Estamos, sem dúvida, diante de um fenómeno novo, quando o povo se engaja nesse esforço conjunto de preservação de uma norma, numa época em que só por cartas se faziam chegar as dúvidas e os reclamos dos leitores.

## Referências

BARRETO, M.. **Novos Estudos da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ Fundação Casa de Rui Barbosa, MEC. 1980.

BECHARA, E.. As fases da língua portuguesa escrita. **Actes XVIII<sup>e</sup> Congrès Int. de Linguistique et Philologie Romanes**, III, Tübingen, p. 69-75. 1991.

CARVALHO, M. J.. Tópicos de periodización na historia da lingua portuguesa. **Revista Galega de Filoloxía**, 20, p. 35-55, 2019. <https://doi.org/10.17979/rgf.2019.20.0.5916>.

CASTILHO, A. F.. **Método Castilho para o ensino do ler e escrever**. Lisboa: Imprensa Nacional. 1853.

CASTRO, I.. **Introdução à História do Português**. 2ª edição revista e muito ampliada. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

Consultas sobre a Língua Portuguesa (Consultorio do Jornal Pequeno) por Julio Pires Ferreira. Pernambuco, Imprensa Oficial. Sem data.

DEUS, J.. **Cartilha maternal ou Arte de Leitura**. 3ª edição correcta e augmentada. Porto: Imprensa Nacional, 1878.

FERGUSSON, C. A.. Standardization as a Form of Language Spread. In: HUEBNER, T. (Ed.). **Socio-Linguistic Perspectives**. Oxford/New York: Oxford/University Press, 1996. p. 189-199.

FIGUEIREDO, C.. **Lições Práticas da Língua Portuguesa**. 5ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora, sem data. Vol. 1.

FIGUEIREDO, C.. **Falar e Escrever**. Novos Estudos Práticos da Língua Portuguesa ou Consultório Popular de Enfermidades da Linguagem. 2ª edição, melhorada. Lisboa: Livraria Clássica Editora.1911. vol. I.

FREIRE, F. J.. **Reflexões sobre a Língua Portuguesa**. Lisboa: Typographia do Panorama. 1863.

GONÇALVES, M. F.. A Normalização da Língua Portuguesa no Século XVIII. **Confluência**, Rio de Janeiro, nº 37/38 - 2º sem. de 2009/1º sem. de 2010, p. 83-109. 2010 a.

GONÇALVES, M. F.. A Ortografia Nacional (1904) de Gonçalves Viana e as ideias ortográficas dos reformistas sul-americanos. **Eutomia**, Ano 3, n. 6, vol. 1, 2010b.

GONÇALVES, M. F.. A Língua Portuguesa e a Tríade Codificadora. In: SILVA, M. J. F.; MIRANDA, T. C. P. R. (Coords.). **Libros, Relege, Volve, Lege**. Lisboa: Biblioteca do Exército. 2018. p. 279-297.

GRAÇA, H. **Fatos da Linguagem**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras. 2005.

JUCÁ FILHO, C.. **Índice Alfabético e Crítico da Obra de Mário Barreto**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1981.

LEITE, M. Q. Purismo: do preconceito ao conceito. **Revista da ANPOLL**, ano 3, p. 175-191, 1997.

LEITH, Dick. **A Social History of English**. London: Routledge, 1983.

MARCONDES, I. L. **Os Consultórios Gramaticais: um estudo de preconceito e intolerância lingüísticos**. Os consultórios gramaticais: um estudo de preconceito e intolerância lingüístico... (usp.br). Consultado em 17.11.2022.

MELO, Gladstone Chaves de. **A Língua do Brasil**. Rio de Janeiro, Acadêmica. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

MILROY, J.; MILROY, L.. **Authority in Language**. Investigating Standard English. 3ª Edição. Londres/ Nova Iorque: Routledge, 1993.

NEUMANN, J. H. American Newspaper Interest in English Language Problems. **American Speech**, v. 20/2, p. 99-105, 1945.

PESSOA, M. B.. Mídia e Política no Início do Século XX. In: SILVA, E. B.; SOBRINHO, H. F. S.. (Orgs.). **Língua Falada e Língua Escrita**. Reflexões e Análises. Maceió: Edufal, 2014. p. 261-264.

PINTO, E. P.. **O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, I - 1820-1920, fontes para a teoria e história:** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

ROMAINE, S. **Language in Society - An Introduction to Sociolinguistics.** New York: Oxford University Press, 1994.

SPITZMÜLLER, J. Staking the claims of Identity: Purism, Linguistics and the Media in post-1900 Germany. **Journal of Sociolinguistics.** v. 11/2, p. 261-285, 2007.

TESSIER, P.. **História da Língua Portuguesa.** Tradução Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

THOMAS, G. **Linguistic Purism.** London: Longman, 1991.

VASCONCELOS, J. L.. **Lições de Filologia Portuguesa.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1966.



CHAMADA  
TEMÁTICA

---

Revista  
Diálogos  
(RevDia)

# The Inclusion of Grammatical Query Sections in Portuguese Periodization

---

## ABSTRACT:

This article aims to advocate the inclusion of language complaints in the proposals for periodization of the history of the portuguese language, because these columns published in newspapers simultaneously in Portugal and Brazil have the interest of maintaining a Portuguese-Brazilian norm, denouncing its threat in the feather of journalists. We are facing a unique moment in which Portugal and Brazil work together in favor of a common literary norm. Within the proposals of periodization that privilege non-structural aspects, it would be salutary to include a time when structural errors are fought in the permanent dialogue between grammarians and readers, which traditional grammar manuals could not do.

---

## KEYWORDS:

Periodization;  
Linguistic complaint;  
Language History.